

ÁREA TEMÁTICA: FORMAÇÃO, PESQUISA E PRÁTICA DOCENTE EM ADMINISTRAÇÃO

TÍTULO DO TRABALHO: ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE TECNOLOGIAS SOCIAIS (2003 A 2023): ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS NACIONAIS¹

36º ENANGRAD

¹ Os autores agradecem ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela concessão de duas bolsas de Iniciação Científica, no âmbito do PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROPESQI/UFPI/CNPq 2024-2025), cujo apoio reforça a importância da ciência brasileira.

Resumo

Este estudo analisa a produção científica brasileira sobre Tecnologias Sociais no período de 2003 a 2023, visando compreender como o tema tem sido abordado na literatura nacional e sua relação com os desafios sociais do país. O objetivo central é mapear e sistematizar as características das publicações sobre Tecnologias Sociais em periódicos nacionais, identificando tendências, lacunas e contribuições do campo para o desenvolvimento social. A pesquisa possui natureza descritiva-exploratória, com abordagem quali-quantitativa. Adotou-se a bibliometria como técnica de pesquisa e a análise de conteúdo para interpretação dos dados. Foram analisadas publicações científicas extraídas da Plataforma Sucupira, considerando o período de 2003 a 2023 e os estratos QUALIS da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. O estudo utilizou filtros temáticos com os termos “tecnologias sociais” e “inovação social” para mapear tendências, lacunas e contribuições do campo. Os resultados evidenciam um crescimento expressivo das publicações a partir de 2016, com concentração temática em áreas como Agroecologia e Gestão Social, embora o campo ainda apresente baixa inserção em outras áreas do conhecimento. Conclui-se que as Tecnologias Sociais possuem potencial para atuar como instrumentos de transformação social, mas necessitam de maior institucionalização em políticas públicas e de articulação entre academia, sociedade civil e Estado.

Palavras-chave: Tecnologias Sociais; Inovação Social; Desenvolvimento Sustentável; Políticas Públicas.

Abstract

This study analyzes Brazilian scientific production on Social Technologies between 2003 and 2023, aiming to understand how the theme has been addressed in national literature and its relationship with the country's social challenges. The main objective is to map and systematize the characteristics of publications on Social Technologies in national journals, identifying trends, gaps, and contributions of the field to social development. The research has a descriptive-exploratory nature, with a qualitative-quantitative approach. Bibliometrics was adopted as the research technique and content analysis was used for data interpretation. Scientific publications were analyzed from the Sucupira Platform, considering the 2003–2023 period and the QUALIS rankings in the field of Public and Business Administration, Accounting Sciences, and Tourism. The study applied thematic filters using the terms “social technologies” and “social innovation” to map trends, gaps, and contributions in the field. The results show a significant increase in publications from 2016 onwards, with thematic concentration in areas such as Agroecology and Social Management, although the field still has low insertion in other areas of knowledge. It is concluded that Social Technologies have the potential to act as instruments of social transformation but require greater institutionalization in public policies and articulation among academia, civil society, and the State.

Keywords: Social Technologies; Social Innovation; Sustainable Development; Public Policies.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil convive historicamente com profundas desigualdades sociais, cuja persistência desafia políticas públicas, práticas institucionais e a produção de conhecimento. Nesse cenário, as Tecnologias Sociais (TS) emergem como alternativas inovadoras e participativas, voltadas à promoção da justiça social, inclusão e sustentabilidade. Desenvolvidas a partir do diálogo entre saberes populares e científicos, essas tecnologias buscam responder a demandas reais das comunidades, promovendo soluções adaptáveis, de baixo custo e alto impacto social.

Ao longo das duas últimas décadas, tem-se observado um crescimento significativo do interesse acadêmico por este campo, impulsionado por transformações socioeconômicas, políticas de incentivo à inovação social e pelo reconhecimento das TS como instrumentos estratégicos para o desenvolvimento. Todavia, apesar do avanço, ainda é necessário compreender de forma sistemática como esse campo se consolidou na literatura científica brasileira, quais abordagens têm prevalecido e em que medida os estudos contribuem para o enfrentamento dos problemas nacionais.

Este artigo parte da seguinte pergunta de pesquisa: quais estudos foram desenvolvidos e publicados em periódicos nacionais no período de 2003 a 2023 abordando o tema Tecnologias Sociais, os quais se concentraram na solução dos problemas brasileiros (locais, regionais, nacionais)? Para respondê-la, adota-se como objetivo geral analisar as características da produção científica nacional no segmento das Tecnologias Sociais voltadas para o equacionamento dos problemas brasileiros, considerando os artigos científicos publicados em periódicos da base nacional no período de 2003 a 2023 (21 anos).

A proposta deste estudo justifica-se pela necessidade de sistematizar e mapear a produção científica brasileira sobre Tecnologias Sociais ao longo de duas décadas, período marcado por significativas mudanças no cenário político-social do país. Trata-se de um tema atual, cuja relevância está diretamente ligada aos desafios estruturais do Brasil, como a pobreza, a exclusão social e a vulnerabilidade ambiental. Ao investigar como as TS têm sido estudadas, quais soluções têm sido propostas e quais contextos sociais são priorizados, o trabalho contribui para ampliar o conhecimento sobre a efetividade dessas tecnologias como ferramentas de transformação social.

Adicionalmente, compreender de que maneira, por meio das metodologias utilizadas nos estudos, os pesquisadores têm avançado nesse espaço sócio-histórico permite identificar tendências analíticas e temáticas no campo. Isso inclui desde os segmentos da sociedade civil atendidos, os obstáculos enfrentados na proposição de políticas públicas, até o papel das Instituições de Ensino Superior na consolidação do campo. Também são mapeados os autores mais recorrentes, as revistas que mais publicaram sobre o tema e as agendas futuras sinalizadas pelos próprios pesquisadores.

A análise crítica e sistemática da produção científica, além de contribuir para o avanço do conhecimento, fornece subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e contextualizadas, que considerem os saberes locais, a participação social e a diversidade territorial. Ao tornar visíveis os esforços acadêmicos nesse campo, este estudo também reafirma o papel da ciência na construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta os fundamentos teóricos que sustentam a análise sobre as Tecnologias Sociais (TS), abordando suas definições, características e interfaces com as políticas públicas. Parte-se da compreensão das TS como alternativas ao modelo tecnológico tradicional, destacando sua base participativa, territorial e voltada à justiça social.

Inicialmente, discute-se a conceituação e as principais características das TS. Em seguida, analisa-se sua contribuição para a formulação de políticas públicas, evidenciando experiências que transitaram da sociedade civil para o campo estatal. A terceira seção explora

2.1 Definições e principais características das Tecnologias Sociais

A Tecnologia Social (TS) configura-se como um campo teórico-prático que se consolida como alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento tecnológico, ao propor uma articulação entre o conhecimento técnico-científico e os saberes populares. Essa articulação tem como foco a resolução de problemas sociais concretos e a transformação das condições de vida de populações em situação de vulnerabilidade. No Brasil, o conceito de TS tem sido amplamente utilizado desde o início dos anos 2000, sendo definido como o “conjunto de técnicas, metodologias e produtos reaplicáveis, desenvolvidos e/ou aplicados em interação com a população e apropriados por ela, que representam soluções efetivas para a inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS Brasil, 2025; MCTI, 2025).

Diferentemente das tecnologias convencionais, voltadas majoritariamente à lógica do mercado e à maximização do lucro, as Tecnologias Sociais priorizam finalidades sociais e ambientais. Elas valorizam a autonomia comunitária e o empoderamento dos sujeitos envolvidos, propondo uma tecnologia comprometida com os princípios da justiça social. Para Dagnino (2010), a TS está intimamente ligada à construção de um paradigma sociotécnico alternativo, ancorado na solidariedade, na sustentabilidade, na propriedade coletiva dos meios de produção e no respeito às identidades locais. Nessa perspectiva, a TS não é apenas uma ferramenta de intervenção prática, mas uma plataforma epistemológica e política para a construção de outra sociedade.

É importante também resgatar a análise conceitual proposta por Bava (2004), que amplia o entendimento sobre Tecnologias Sociais ao considerá-las não apenas como soluções técnicas para problemas pontuais, mas como instrumentos capazes de impulsionar transformações estruturais. Para o autor:

Mais do que a capacidade de implementar soluções para determinados problemas, podem ser vistas como métodos e técnicas que permitam impulsionar processos de empoderamento das representações coletivas da cidadania para habilitá-las a disputar, nos espaços públicos, as alternativas de desenvolvimento que se originam das experiências inovadoras e que se orientem pela defesa dos interesses das maiorias e pela distribuição de renda (Bava, 2004, p. 116).

Além de sua dimensão técnica e social, as Tecnologias Sociais também se relacionam diretamente com os processos investigativos no âmbito acadêmico. Bourguignon, Marino e Albach (2024) destacam a importância da pesquisa como princípio formativo, enfatizando que:

[...] as dimensões investigativa e interventiva são princípios formativos e o exercício da pesquisa é fundamental para o desenvolvimento da atitude investigativa e pode ocorrer em diferentes espaços na universidade: no ensino; na extensão universitária, na graduação e na pós-graduação (Bourguignon; Marino; Albach, 2024, p. 6).

Essa perspectiva reforça o papel das universidades como agentes estratégicos na construção e na difusão de Tecnologias Sociais, aproximando o conhecimento científico das demandas concretas da sociedade e fortalecendo práticas emancipatórias.

Além das definições já consolidadas, as Tecnologias Sociais podem ser compreendidas como dispositivos que materializam a noção de inovação social centrada na equidade e na cidadania ativa. Essa abordagem ressignifica o papel da ciência, deslocando-a de um lugar meramente tecnocrático para uma posição dialógica com os saberes populares e tradicionais (Dagnino, 2010; Leff, 2006). Essa perspectiva crítica é especialmente relevante em países periféricos, como o Brasil, onde a construção coletiva de soluções precisa considerar as assimetrias históricas e territoriais (Paulani, 2019). Ao serem apropriadas pelas comunidades, as Tecnologias Sociais extrapolam a função técnica, tornando-se vetores de autonomia, participação e emancipação social (Farias; Teixeira, 2022).

As Tecnologias Sociais (TS) se caracterizam por seu enraizamento em demandas sociais reais, desenvolvimento participativo, reaplicabilidade com adaptação local, integração de saberes e compromisso com a sustentabilidade. Elas surgem da escuta ativa das comunidades, buscando responder a problemas como saúde, educação, saneamento, moradia, trabalho e equidade de gênero e raça, por meio de processos colaborativos que valorizam os saberes populares e científicos (MCTI, 2025; ITS Brasil, 2025). As soluções são apropriadas pelas comunidades, adaptáveis a diferentes contextos, e promovem transformações estruturais, com viés político voltado à justiça social (Dagnino, 2010).

Essas características se organizam em quatro dimensões fundamentais: i) conhecimento, ciência e tecnologia; ii) participação, cidadania e democracia; iii) educação, e iv) relevância social. A TS, assim, atua como processo pedagógico e tecnológico comprometido com a inclusão, a autonomia e a transformação social e ambiental, propondo um modelo alternativo ao desenvolvimento centrado no mercado (MCTI, 2025).

As Tecnologias Sociais vêm ganhando crescente reconhecimento acadêmico e institucional. Elas representam uma resposta adaptativa às necessidades locais, caracterizando-se como ferramentas de transformação social, baseadas em metodologias de baixo custo, reaplicabilidade e apropriação comunitária (Maciel; Fernandes, 2010; Barretto; Piazzalunga, 2012).

Além disso, a TS expressa um movimento de ruptura com a lógica da transferência unidirecional de tecnologia, ao propor uma construção conjunta do conhecimento. Essa abordagem está alinhada à ciência cidadã e à produção de saberes emancipatórios, voltados à inclusão social, ao fortalecimento de vínculos territoriais e à democratização da tecnologia (Almeida et al., 2009; Costa, 2013).

Em síntese, a Tecnologia Social constitui-se como um instrumento de intervenção transformadora, ao mesmo tempo em que reafirma o papel da ciência como prática comprometida com os direitos humanos, a equidade e a construção de alternativas ao modelo capitalista de produção e consumo. Como afirma Dagnino (2010, p. 266), a TS é “uma ferramenta para construir outra sociedade, onde a técnica esteja a serviço da solidariedade e da justiça”.

2.2 Papel das Tecnologias Sociais para formação de agenda nas políticas públicas

As Tecnologias Sociais (TS) vêm se consolidando como ferramentas estratégicas para o enfrentamento de problemas sociais históricos no Brasil, especialmente no contexto da agricultura familiar, do semiárido e das periferias urbanas. Sua essência está no desenvolvimento de soluções construídas a partir do diálogo entre saberes populares e técnicos, com base em princípios como a participação comunitária, a reaplicabilidade adaptada ao território e a promoção da autonomia local. Essas características fazem das TS uma base fértil para a formulação de políticas públicas mais inclusivas, sustentáveis e sensíveis às especificidades territoriais (Dagnino; Brandão; Novaes, 2004).

No contexto das políticas públicas, as Tecnologias Sociais podem ser entendidas como instrumentos de inovação democrática, ao favorecer a participação cidadã na formulação de soluções para problemas sociais complexos. Capella e Brasil (2015) ressaltam que o processo de inclusão de temas na agenda pública depende da capacidade de mobilização de atores sociais e institucionais. Assim, incorporar as TS nas políticas de Estado requer não apenas reconhecer sua efetividade, mas também criar mecanismos de financiamento e marcos legais que garantam sua sustentabilidade no longo prazo (Estival et al., 2020). Essa abordagem reforça o papel estratégico das TS como dispositivos de transformação territorial e fortalecimento da cidadania.

A formulação de políticas públicas não é um processo puramente técnico, mas envolve múltiplos atores sociais com diferentes percepções sobre os problemas e soluções.

Analistas inexperientes supõem que os problemas são condições puramente objetivas, determinadas pelos “fatos”. Esta visão metodologicamente inocente não reconhece que os mesmos fatos [...] são interpretados de maneiras variadas pelos stakeholders da política (Capella, 2018, p. 66).

A partir dos anos 2000, a Fundação Banco do Brasil (FBB) e outros atores passaram a incorporar institucionalmente as TS, por meio da criação do Banco de Tecnologias Sociais (BTS) e do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. Iniciativas como o PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), o Programa Água Doce, e as Cisternas de Placas reaplicadas pela ASA (Associação do Semiárido) são exemplos de TS que se transformaram em políticas públicas em escala (Costa, 2013). Essas experiências demonstram que, embora surgidas no seio da sociedade civil, as TS podem ser institucionalizadas e adotadas pelo Estado como respostas efetivas a demandas sociais complexas.

No entanto, conforme destacam Dagnino e Bagattolli (2009; 2010), o processo de transformação das TS em políticas públicas depende da disputa pela formulação da agenda, onde o peso político dos atores envolvidos é desigual. A comunidade científica, as empresas e o próprio Estado possuem maior influência sobre os rumos da política de ciência e tecnologia, enquanto os movimentos sociais, tradicionalmente ligados às TS, representam uma fração ínfima (aproximadamente 2%) dessa influência. Para alterar esse cenário, é necessário ampliar o peso político dos movimentos sociais, promover mudanças no modelo cognitivo dominante e fomentar a valorização da ciência orientada por demandas sociais.

A literatura da análise de políticas públicas corrobora esse entendimento. Segundo Capella e Brasil (2015), a formação da agenda é resultado de um processo político em que apenas alguns temas conseguem mobilizar atenção suficiente para se tornarem prioritários. Modelos como o de Múltiplos Fluxos (Kingdon) e o Equilíbrio

Pontuado (Baumgartner e Jones) mostram que ideias inovadoras, como as TS, precisam de momentos de janela de oportunidade e redes de apoio institucional para se consolidarem no debate público.

O estudo de Estival et al. (2020) complementa essa perspectiva ao identificar oportunidades e ameaças recentes para as TS no Brasil. As autoras destacam que, entre 2015 e 2019, houve um esvaziamento de investimentos e fragilização das políticas públicas voltadas ao campo das TS, comprometendo sua continuidade e institucionalização. Ao mesmo tempo, apontam que a resiliência de iniciativas locais e o apoio técnico de universidades e ONGs permitiram que muitas experiências fossem mantidas e replicadas, mesmo diante de cenários adversos.

No âmbito das políticas públicas, observa-se que as Tecnologias Sociais têm potencial para operar como um catalisador de agendas intersetoriais, integrando saúde, educação, meio ambiente e economia solidária (Costa, 2013; Maciel; Fernandes, 2010). Essa transversalidade requer um esforço articulado entre gestores públicos, pesquisadores e organizações sociais para consolidar marcos legais que assegurem financiamento contínuo e institucionalização das iniciativas (ESTIVAL Et Al., 2020). A literatura sobre análise de políticas públicas reforça que a ausência de políticas estruturantes muitas vezes resulta na descontinuidade das experiências, o que fragiliza o impacto das Tecnologias Sociais e limita sua capacidade de transformação territorial (Capella; Brasil, 2015).

Portanto, torna-se evidente que a relação entre Tecnologias Sociais e políticas públicas não se limita à implementação de projetos pontuais, mas envolve uma disputa contínua por reconhecimento institucional e prioridade orçamentária. O desafio central está em integrar as TS de forma estrutural nas políticas de Estado, superando o caráter episódico ou dependente de governos específicos. Isso requer a articulação entre sociedade civil organizada, gestores públicos e universidades, promovendo a coprodução de conhecimento e a institucionalização de práticas exitosas. Nesse sentido, a criação de marcos legais e instrumentos de financiamento específicos para as TS, bem como a sua inclusão em planos plurianuais e conferências temáticas, são caminhos possíveis para assegurar sua continuidade e potencializar seus impactos sociais. Assim, a formação de agendas públicas a partir das Tecnologias Sociais revela-se não apenas uma oportunidade de inovação democrática, mas uma estratégia concreta de justiça social e desenvolvimento territorial sustentável.

2.3 As propostas da academia no processo de desenvolvimento e de aplicação de Tecnologias Sociais

O envolvimento da academia no desenvolvimento e aplicação de Tecnologias Sociais (TS) emerge como uma resposta crítica à exclusão gerada pelas tecnologias convencionais e às demandas por um modelo de inovação mais inclusivo e transformador (Farias; Teixeira, 2022). No cenário brasileiro, sobretudo a partir dos anos 2000, as universidades passaram a integrar de modo mais efetivo o debate sobre tecnologias orientadas para a inclusão social, posicionando-se não apenas como produtoras de conhecimento técnico, mas como agentes catalisadoras de mudanças socioterritoriais (Souza et al., 2023).

A principal proposta acadêmica no campo das Tecnologias Sociais reside na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, privilegiando metodologias participativas e práticas emancipatórias. Conforme destacam Farias e Teixeira (2022), a extensão universitária configura-se como um espaço de diálogo entre saberes

acadêmicos e saberes populares, potencializando a criação de soluções que respeitam as especificidades culturais e socioambientais das comunidades atendidas.

Essa dinâmica se materializa em diversas iniciativas de sucesso no país. Um exemplo emblemático é o das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), inicialmente estruturadas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e posteriormente replicadas em várias instituições de ensino superior. Essas incubadoras fomentam o empreendedorismo solidário e o desenvolvimento de tecnologias sociais apropriadas para comunidades populares, conjugando inovação tecnológica com transformação social. Outro exemplo relevante é o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB), que articula projetos de Agroecologia, gestão de recursos hídricos e Tecnologias Sociais com participação ativa de comunidades locais.

Essas iniciativas evidenciam o compromisso acadêmico com a geração de tecnologias de baixo custo, sustentáveis e passíveis de reaplicação (Souza et al., 2023), fortalecendo práticas de autogestão e economia solidária. Elas também ilustram a capacidade da universidade de operar como um vetor de democratização do conhecimento científico, ao aproximá-lo das demandas concretas das populações historicamente marginalizadas.

A produção e disseminação de Tecnologias Sociais também se relacionam diretamente com os processos de ensino, pesquisa e extensão universitária. Segundo Bourguignon, Marino e Albach (2024), a dimensão investigativa é fundamental para formar profissionais com visão crítica e capacidade de intervir em realidades complexas. A universidade, ao integrar saberes populares em suas práticas pedagógicas, assume papel central na legitimação das TS como campo científico e no desenvolvimento de soluções alinhadas às demandas sociais. Essa perspectiva dialoga com a ideia de inovação social como prática educativa, em que o conhecimento é co-construído e aplicado de maneira contextualizada (Farias; Teixeira, 2022).

Contudo, a literatura especializada aponta que esse papel da universidade ainda enfrenta desafios consideráveis. Entre eles, destacam-se a necessidade de superar a fragmentação das ações extensionistas, garantir a sustentabilidade de longo prazo das tecnologias desenvolvidas e incorporar sistematicamente os saberes locais nos projetos acadêmicos (Souza; Pozzebon, 2020). Para que as Tecnologias Sociais gerem transformações efetivas, é imprescindível que a academia reconheça a centralidade das práticas sociais locais e dos processos políticos que moldam a inovação (Souza; Pozzebon, 2020).

Dessa forma, as propostas acadêmicas no âmbito das Tecnologias Sociais reafirmam a necessidade de uma universidade comprometida não apenas com a produção de conhecimento, mas com a transformação social. Esse reposicionamento exige a adoção de epistemologias críticas, capazes de articular ciência, democracia e justiça social em projetos de inovação que transcendam a lógica tradicional do mercado (Farias; Teixeira, 2022; Souza; Pozzebon, 2020).

3 METODOLOGIA

Ao definir adequada e coerentemente a metodologia, assegura-se que o processo de investigação chegará a bom termo, fundado em sua confiabilidade e validade (interna e externa), conforme alerta Pereira (2021). Neste sentido, para dar sustentação à proposta de pesquisa em curso, adotar-se-á como técnica de pesquisa a bibliometria e como técnica de análise a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). O

presente estudo possui natureza descritiva-exploratória, com abordagem quali-quantitativa. A bibliometria é uma técnica que surge no início do século XX como uma resposta a necessidade de estudos, levantamentos e avaliações da produção e da comunicação científica em determinado campo do conhecimento humano. Conforme pensa Mugnaini (2013, p. 39) “o volume de informação científica e tecnológica estimulou o desenvolvimento de técnicas complexas de recuperação de informação, evocando outra questão concernente à dificuldade de apropriação do conhecimento publicado”, daí a relevância da técnica bibliométrica. Na mesma linha de pensamento, Marcelo e Hayashi (2013, p. 143), o estudo bibliométrico “possui, como principal característica, elaborar índices de produção do conhecimento científico. A utilização da análise bibliométrica em pesquisas científicas se pautam na investigação do comportamento do conhecimento e da literatura como parte dos processos de comunicação”.

Assim, a bibliometria faculta aos pesquisadores uma visão holística das suas áreas de estudo, resultando em avanços científicos, ao facilitar a visualização de lacunas relacionadas a um tema específico por meio da categorização dos estudos previamente realizados, descrevendo-os e os explicando para a produção de uma visão ampliada sobre a temática em tela.

Para o desenvolvimento do estudo foram eleitas as plataformas SUCUPIRA, utilizando como classificação de periódicos o Quadriênio 2017-2020, na área de avaliação Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, e ISSN - *International Standard Serial Number*), com o fito de conhecer a origem/base territorial dos periódicos mapeados, com o propósito de distinguir as revistas nacionais das internacionais.

Convém pontuar que nos Quadriênios que antecederam o atual (2017-2020), que é o de referência do presente estudo, a concepção dos estratos dos periódicos tinha uma estruturação diferente. Por exemplo, no Quadriênio 2013-2016, o estrato A possuía dois níveis (1 e 2), enquanto o estrato B apresentava 5 níveis. Também é relevante destacar que na mudança de Quadriênio (2013-2016 para 2017-2020), várias revistas tiveram um enquadramento diferente, algumas subindo de categoria, outras descendo. Esta observação é pertinente para facilitar a compreensão do leitor quanto ao estrato que está sendo avaliado no presente estudo, embora, eventualmente, alguns artigos podem ter sido considerados em estratos distintos, haja vista o recorte temporal do estudo (21 anos).

Conforme afirma Hayashi (2013), um estudo bibliométrico pode se fundar nas abordagens qualitativa e quantitativa, precisando que alguns critérios sejam adotados para que os dados coletados proporcionem condições de obtenção de uma análise confiável. É necessário que a análise e a interpretação dos resultados à luz da análise bibliométrica e das teorias que fundamentam a pesquisa – Tecnologias Sociais – promovam novos achados e perspectivas diferenciadas, com vistas a contribuir para a ciência moderna. Este ponto merece realce em razão da necessidade de que novas pesquisas sejam implementadas – notadamente no campo das Ciências Sociais Aplicadas, ainda muito orientadas por ensaios teóricos e com reduzida produção de pesquisas que sugiram soluções para os problemas sociais brasileiros – uma vez que estudos relacionados às Tecnologias Sociais pressupõe a formação de uma teia envolvendo a pesquisa e a extensão, até porque o tema é relevante para a sociedade em geral e para a comunidade acadêmica, mais especificamente, exatamente porque supostamente intenciona a revelação de uma solução (técnicas, Políticas Públicas, artefatos, produtos, métodos, etc.) diante de um problema coletivo identificado.

A escolha da abordagem bibliométrica associada à análise de conteúdo não se restringe ao mapeamento quantitativo de dados; ela propicia uma leitura crítica sobre os sentidos atribuídos às Tecnologias Sociais no contexto brasileiro (Mugnaini, 2013; Bardin, 2011). Essa combinação metodológica permite compreender não apenas a evolução das publicações no período analisado, mas também as estratégias de legitimação científica do campo e suas interfaces com as práticas sociais (Hayashi, 2013). Ao sistematizar os dados, a pesquisa oferece subsídios para que futuras investigações possam adotar metodologias mistas, capazes de articular análise documental, entrevistas com agentes envolvidos e estudos de caso de iniciativas exitosas (Souza; Pozzebon, 2020).

Com efeito e como filtro de pesquisa, serão utilizadas as seguintes expressões: “tecnologias sociais”, “social technologies”, “inovação social” e “social innovation”, tendo em vista que algumas revistas, mesmo de base nacional, publicam seus artigos predominantemente na Língua Inglesa.

4 ACHADOS DA PESQUISA

Esta seção apresenta os principais resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados na Plataforma Sucupira, com base na triagem, organização e interpretação crítica dos periódicos e artigos relacionados à temática investigada. O objetivo é oferecer uma leitura qualificada do panorama das publicações científicas, considerando não apenas a distribuição quantitativa por estrato QUALIS, mas também a aderência temática e a relevância epistemológica das produções.

A exposição dos quadros, gráficos e tabelas a seguir busca evidenciar tendências, lacunas e padrões recorrentes no campo analisado, permitindo identificar quais espaços editoriais têm acolhido, com maior ou menor frequência, publicações diretamente vinculadas à problemática em estudo. A análise se orienta por critérios que conjugam rigor metodológico e sensibilidade analítica, assegurando que os achados aqui sistematizados sejam mais do que registros estatísticos: constituem indicadores da circulação e legitimação do conhecimento científico em torno da temática abordada.

Quadro 1 – Número de periódicos obtidos na Plataforma Sucupira

Estrato	Nacionais	Internacionais	Quantidade real (*)	Quantidade oficial (**)	Revistas com palavras-chaves	Artigos com palavras-chaves	Artigos realmente ligados à temática
A1	131	633	764	834	28	361	17
A2	190	449	639	715	31	150	4
A3	212	419	631	674	35	783	15
A4	279	312	591	661	11	182	1
B1	301	272	573	616	33	694	62
B2	279	207	486	543	4	144	2
TOTAL	1392	2292	3684	4043	142	2314	101

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O Quadro 1 apresenta a distribuição dos periódicos mapeados na Plataforma Sucupira por estrato QUALIS, totalizando 3.684 periódicos, sendo 2.292 internacionais e 1.392 nacionais. Observa-se uma discrepância entre a quantidade real e a oficial (4.043), o que evidencia fragilidades nos processos de indexação das

bases e recomenda cautela na análise dos dados. Apenas 142 periódicos (3,8%) continham palavras-chave relacionadas à temática de Tecnologias Sociais, um dado que demonstra as limitações dos mecanismos de busca automatizada fundamentados exclusivamente em termos-chave.

Entre os 2.314 artigos inicialmente filtrados, apenas 101 (4,3%) apresentaram aderência temática efetiva após leitura criteriosa. Esse resultado revela que uma parcela expressiva das publicações, embora lexicalmente associada ao tema, não estabelece diálogo substancial com o campo das Tecnologias Sociais. A análise por estrato demonstra que, embora o QUALIS A3 concentre o maior volume de artigos com palavras-chave (783), os estratos B1 (62 artigos relevantes) e A1 (17 artigos relevantes) se destacam em termos de proporção de publicações verdadeiramente pertinentes. Tal achado sugere que, embora haja relevância científica do tema (TS), as publicações não estão concentradas em revistas de estrato A. Porém, o que se pode observar, a partir da leitura dos 101 artigos, é que foi possível encontrar contribuições epistemológicas significativas em revistas de classificação B.

Além dos números apresentados no Quadro 1, cabe refletir sobre a baixa proporção de periódicos com palavras-chave diretamente relacionadas às Tecnologias Sociais. Esse dado revela a necessidade de ampliação das estratégias de indexação temática, bem como de incentivo à produção acadêmica voltada para o campo. Conforme enfatizam Almeida et al. (2009), o fortalecimento de uma rede de pesquisadores comprometidos com a inclusão social pode catalisar o reconhecimento das Tecnologias Sociais como um eixo estruturante nas agendas editoriais nacionais.

Quadro 2 – Levantamento das publicações, por ano

ANO DA PUBLICAÇÃO	QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES E ESTRATO	PUBLICAÇÕES POR ANO
2003	01 (A1)	01
2004		
2005	01 (B1)	01
2006		
2007	01 (A3)	01
2008		
2009	01 (A1)	01
2010	01 (A1)	01
2011	01 (A2)	01
2012		
2013	02 (A3)	02
2014	03 (B1)	03
2015	01 (B1)	01
2016	03 (A1), 02 (B1)	05
2017		
2018	02 (A3), 01 (B2), 28 (B1)	31
2019	02 (A1), 01 (A2), 03 (A3), 01 (B1)	07
2020	01 (A3), 01 (A2), 21 (B1), 01 (B2)	24
2021	04 (A1), 01 (A3), 01 (B1)	06
2022	01 (A1), 01 (A2), 04 (A3), 01 (A4), 02 (B1)	09
2023	04 (A1), 03 (A3)	07
Total		101

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

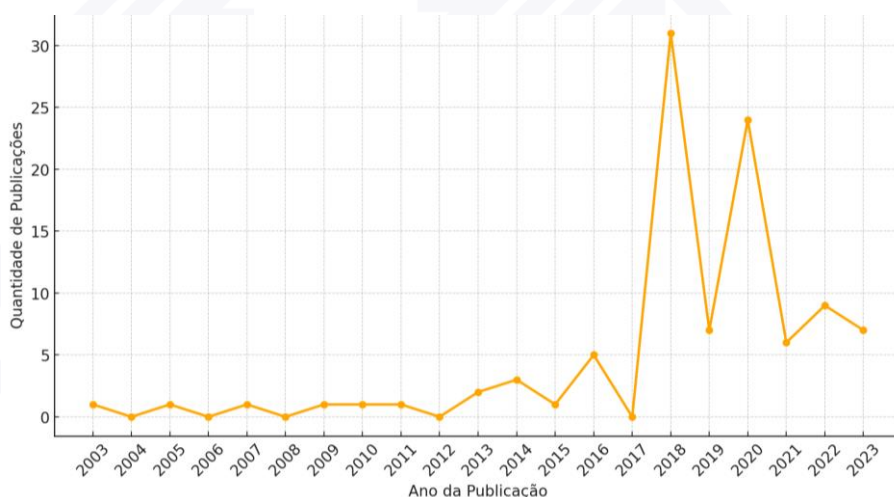
O Quadro 2 apresenta a evolução das publicações sobre Tecnologias Sociais no período de 2003 a 2023, evidenciando um crescimento desigual, com períodos de baixa produção e picos pontuais. Nos anos iniciais (2003–2015), a produção

acadêmica foi bastante tímida, registrando no máximo 3 publicações anuais e com vários anos sem qualquer publicação. Esse cenário revela que, até então, o campo das Tecnologias Sociais ainda não havia se consolidado como prioridade na agenda científica brasileira.

Os anos de 2018 e 2020, respectivamente com 31 e 24 publicações, destacam-se como os períodos de maior produção científica sobre Tecnologias Sociais, evidenciando um elevado envolvimento dos pesquisadores com a temática. Esses picos de publicação revelam momentos em que o campo alcançou maior visibilidade na agenda acadêmica nacional, sendo fundamental ressaltar que o destaque não se restringe aos periódicos de estratos superiores do QUALIS, uma vez que a relevância científica transcende as classificações formais e está vinculada à contribuição epistemológica dos estudos para o desenvolvimento social.

Os dados do Quadro 2 reforçam que a produção acadêmica sobre Tecnologias Sociais ainda é marcada por oscilações significativas. Essa instabilidade pode estar associada a variações nas políticas públicas de fomento à pesquisa e à menor institucionalização do campo no Brasil (Estival et al., 2020). Para consolidar uma trajetória ascendente, torna-se urgente o investimento contínuo em editais e programas de incentivo que articulem universidade, sociedade civil e poder público.

Gráfico 1 – Evolução anual das publicações (2003–2023)



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O Gráfico 1 ilustra a evolução anual das publicações sobre Tecnologias Sociais no período de 2003 a 2023. Observa-se uma produção incipiente entre 2003 e 2015, seguida de um crescimento expressivo a partir de 2016. Os anos de 2018 e 2020, com 31 e 24 publicações, respectivamente, representam os picos da série histórica, refletindo momentos de maior engajamento acadêmico com a temática. Essa tendência pode estar associada a iniciativas institucionais e políticas de incentivo à inovação social durante esses períodos. Por outro lado, os anos subsequentes apresentam certa oscilação, evidenciando a necessidade de estratégias de fortalecimento e continuidade das pesquisas no campo.

O comportamento apresentado no Gráfico 1 evidencia não apenas a evolução quantitativa das publicações sobre Tecnologias Sociais, mas também revela uma relação direta com o contexto sociopolítico brasileiro. Os anos de maior produção, como 2018 e 2020, coincidem com períodos de mobilização social e implementação de políticas públicas voltadas à inovação e ao desenvolvimento territorial sustentável

(Costa, 2013; Estival et al., 2020). Por outro lado, os intervalos de baixa publicação sugerem a ausência de incentivo institucional e o desmonte de políticas de fomento à pesquisa no campo das Ciências Sociais Aplicadas. Tal oscilação reforça a necessidade de consolidar as Tecnologias Sociais como tema estruturante na agenda acadêmica e política, garantindo a continuidade de iniciativas mesmo diante de mudanças governamentais e conjunturais.

A análise da curva permite afirmar que, apesar do crescimento recente, o campo ainda não alcançou uma consolidação plena e apresenta desafios em termos de continuidade e aprofundamento das investigações. Esses dados sinalizam a importância de estratégias que garantam maior estabilidade e expansão da produção científica no tema.

Quadro 3 – Periódicos que publicaram no mínimo 3 artigos sobre a temática (2003 a 2023)

Periódico	Estrato	Quantidade de artigos	Anos
CADERNOS DE AGROECOLOGIA	B1	56	2005, 2015, 2018, 2020, 2021, 2022
HOLOS (NATAL. ONLINE)	A1	5	2016, 2021, 2023
ADMINISTRAÇÃO: ENSINO E PESQUISA	A3	4	2019, 2021, 2022
CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA	A3	4	2021, 2022, 2023
INCLUSÃO SOCIAL (IMPRESSO)	A3	6	2007, 2013, 2018, 2022
Total		75	

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O Quadro 3 identifica os periódicos que publicaram pelo menos três artigos sobre Tecnologias Sociais no período de 2003 a 2023, totalizando 75 publicações concentradas em seis periódicos. Destaca-se o periódico Cadernos de Agroecologia (B1), com expressivos 56 artigos, evidenciando uma forte correlação entre o campo das Tecnologias Sociais e as práticas agroecológicas. Esse dado sugere que a área da Agroecologia tem se configurado como um espaço privilegiado para o debate e a disseminação de soluções tecnológicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à inclusão social.

Além disso, periódicos como Holos (Natal. Online) (A1) e Administração: Ensino e Pesquisa (A3) demonstram que o tema das Tecnologias Sociais também vem ganhando inserção em áreas mais amplas do conhecimento, ainda que com menor intensidade. A presença de periódicos classificados nos estratos A1 e A3 indica uma valorização crescente do tema em veículos de maior qualificação acadêmica.

A análise revela, entretanto, uma concentração temática em poucos periódicos, o que pode sinalizar uma limitação na difusão das Tecnologias Sociais para outras áreas disciplinares e editoriais. Essa concentração pode ser vista tanto como uma oportunidade de aprofundamento em campos específicos (como a Agroecologia) quanto como um desafio para expandir o debate para outras áreas estratégicas do conhecimento.

Os dados analisados evidenciam que, apesar do crescimento recente da produção científica sobre Tecnologias Sociais no Brasil, o campo ainda enfrenta desafios relacionados à sua consolidação teórica e institucional. A concentração de publicações em determinados estratos QUALIS e em áreas como agroecologia e

gestão social reforça a necessidade de ampliar o diálogo interdisciplinar e de fomentar pesquisas aplicadas que abordem outras dimensões sociais. Essa lacuna sugere que a difusão das TS como instrumento de transformação social requer maior articulação entre universidades, movimentos sociais e políticas públicas, visando consolidar o tema como eixo estruturante no desenvolvimento científico e tecnológico nacional (Dagnino, 2010; Almeida et al., 2009).

Além disso, os resultados indicam a importância de políticas de incentivo à pesquisa e de estratégias editoriais mais inclusivas para assegurar a continuidade e a expansão do campo. Como apontam Estival et al. (2020), o fortalecimento das Tecnologias Sociais depende de uma estrutura de governança colaborativa, capaz de integrar diferentes setores sociais e de potencializar os impactos das iniciativas já existentes. Assim, os achados desta investigação não apenas revelam tendências quantitativas, mas também oferecem subsídios para a construção de uma agenda acadêmica e política orientada à promoção da justiça social, à democratização do conhecimento e ao desenvolvimento sustentável.

A análise das publicações sobre tecnologias sociais evidencia que essas iniciativas possuem grande potencial para promover inclusão produtiva e fortalecer o tecido social em comunidades vulnerabilizadas. Um estudo realizado no Ceará sobre uma tecnologia social de confecção de bolsas demonstrou que tais práticas contribuíram para o desenvolvimento de habilidades técnicas, educação financeira e fortalecimento de vínculos comunitários entre mulheres participantes, favorecendo processos de emancipação social (Lima et al., 2022). Esse exemplo reforça a importância das tecnologias sociais enquanto instrumentos de transformação local, capazes de articular saberes populares e acadêmicos, além de ampliar as possibilidades de renda e empoderamento comunitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Tecnologias Sociais emergem, ao longo das últimas duas décadas, como um campo pulsante de resistência e criação, capaz de desafiar as lógicas tradicionais de desenvolvimento e apontar novos horizontes para a ciência, a política e a prática social no Brasil. Este estudo, ao sistematizar e analisar criticamente a produção científica nacional entre 2003 e 2023, evidencia que estamos diante de um campo em movimento, cuja força reside precisamente em sua capacidade de articular saberes diversos, democratizar o acesso à tecnologia e promover transformações estruturais em territórios marcados pela desigualdade.

Mais do que números e gráficos, os achados desta pesquisa revelam histórias de inovação ancoradas em comunidades, movimentos sociais e redes acadêmicas que ousaram construir alternativas ao modelo hegemônico de progresso. Esse cenário, contudo, também denuncia desafios persistentes: a concentração temática, as barreiras institucionais e a necessidade urgente de políticas públicas que reconheçam as Tecnologias Sociais como pilares de uma sociedade inclusiva e sustentável.

Enquanto contribuição teórica, esta investigação amplia as fronteiras do debate sobre inovação social ao oferecer uma leitura crítica sobre a trajetória e as potencialidades das Tecnologias Sociais no contexto brasileiro. No plano prático, fornece subsídios para que gestores, educadores e lideranças comunitárias construam estratégias mais efetivas de institucionalização e difusão dessas tecnologias, transcendendo experiências pontuais e assegurando impactos duradouros.

No âmbito social, este trabalho reitera uma convicção: tecnologia não é neutra. Quando orientada pela justiça social, pelo respeito aos saberes locais e pela sustentabilidade, ela se transforma em uma força emancipatória, capaz de reconfigurar relações de poder e abrir caminho para um futuro mais equitativo. Este estudo não apenas mapeia um campo de conhecimento, mas também convoca a academia e os atores sociais a assumirem um papel ativo na construção de uma ciência comprometida com a vida, a democracia e a dignidade humana.

Contudo, a análise também revela lacunas que abrem caminhos férteis para futuras investigações. Recomenda-se que novas pesquisas se debrucem sobre estudos de caso que analisem a trajetória de Tecnologias Sociais exitosas, desde sua concepção até sua institucionalização em políticas públicas, buscando compreender os fatores que favorecem ou limitam sua sustentabilidade e replicabilidade em diferentes contextos territoriais. É igualmente relevante explorar metodologias mistas para a avaliação de impactos sociais, econômicos e ambientais dessas tecnologias, especialmente em comunidades historicamente vulnerabilizadas.

Outro horizonte promissor reside no exame das redes colaborativas entre universidades, movimentos sociais e órgãos governamentais, identificando mecanismos de coprodução de conhecimento e inovação social capazes de ampliar a escala e o alcance das Tecnologias Sociais. Convém destacar o papel dos Cursos de Administração, de Gestão Pública e de Políticas Públicas na condução de pesquisas envolvendo as Tecnologias Sociais, especialmente os Cursos de Graduação e Pós-Graduação profissionais, nos quais a exigência da produção de um produto técnico-tecnológico (PTT) é condição indispensável à aprovação dos estudantes. Há muito a ser feito ainda, tendo as Tecnologias Sociais como instrumento legítimo de transformação socioeconômica de determinadas comunidades invisibilizadas e carentes de aporte do Estado.

Os achados desta investigação sinalizam a necessidade de ampliar o diálogo entre academia, sociedade civil e Estado para consolidar as Tecnologias Sociais como um paradigma alternativo de desenvolvimento. Essa articulação só será possível mediante o fortalecimento de redes colaborativas e a valorização de espaços formativos, como os cursos de Administração e Gestão Pública, enquanto *lócus* de produção de conhecimento aplicado e inovação social. Dessa forma, reafirma-se o potencial das Tecnologias Sociais como ferramentas legítimas de transformação socioeconômica, capazes de operar rupturas significativas no modelo hegemônico de desenvolvimento.

Por fim, a construção de marcos legais e modelos de financiamento sustentáveis para as Tecnologias Sociais desponta como um campo estratégico de pesquisa e intervenção. Somente com a integração entre ciência, sociedade e Estado será possível consolidar as Tecnologias Sociais como políticas estruturantes e catalisar processos de transformação que façam da justiça social e da sustentabilidade pilares para o desenvolvimento nacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Silvia de; COSTA, Carlos Eduardo; SOUZA, Maria do Carmo. **Tecnologia social e desenvolvimento sustentável**: contribuições da RTS para a formulação de uma política de Estado de ciência, tecnologia e inovação. Brasília: Rede de Tecnologia Social, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARRETTO, Sandra Farias Almeida; PIAZZALUNGA, Roberta. Tecnologias sociais e transformação social. **Revista de Inovação Social**, v. 1, n. 2, p. 34–50, 2012.

BAVA, Silvio Caccia. Tecnologia social e desenvolvimento local. In: LASSANCE JUNIOR, Alvaro Enrique; BAVA, Silvio Caccia; DAGNINO, Renato (orgs.). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

BOURGUIGNON, Juliana Aparecida; MARINO, Paula Aparecida; ALBACH, Camila Adriana Santana. A produção acadêmica discente em nível de graduação do curso de Serviço Social da UEPG a partir dos trabalhos de conclusão de curso no período 2010–2020. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 24, e2422648, p. 1–21, 2024. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.24.2422648.009.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2018.

CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. Subsistemas, comunidades e redes: articulando ideias e interesses na formulação de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 3, p. 449–474, 2015.

COSTA, Antonio Barbosa (org.). **Tecnologia social e políticas públicas**. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013.

DAGNINO, Renato (org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: Komedi, 2010.

DAGNINO, Renato; BAGATTOLLI, Carlos. Como transformar a tecnologia social em política pública? In: DAGNINO, Renato (org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: Komedi, 2010. p. 266–291.

DAGNINO, Renato; BAGATTOLLI, Carlos. É possível transformar a Tecnologia Social em Política Pública? **Anais... XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Buenos Aires, 2009. Disponível em: <https://antigo.mctic.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Francisco; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: LASSANCE JUNIOR, Alvaro Enrique et al. (orgs.). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

ESTIVAL, Karine Gomes da Silva et al. Políticas públicas e tecnologias sociais no Brasil – oportunidades e ameaças. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 11, n. 6, p. 1–22, 2020.

FARIAS, Maria das Graças; TEIXEIRA, Tadeu Gomes. Tecnologia social e universidade: uma contribuição social a partir da extensão universitária. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 7, n. 11, p. 154–173, 2022. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/administracao/tecnologia-social.

FERNANDES, Rafael Marques Campos; MACIEL, Ana Luiza Soares. A importância das dinâmicas estaduais para a difusão de tecnologias sociais. In: BARROS, Lúcia et al. (orgs.). **Tecnologia social e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social, 2010.

HAYASHI, Carlos; MUGNAINI, Roberto. **Bibliometria e cientometria**: reflexões teóricas e interfaces. São Carlos, SP: Pedro & João, 2013.

ITS BRASIL. Tecnologia social. Disponível em: <https://itsbrasil.org.br/areas-de-atuacao-tecnologia-social> Acesso em: 20 abr. 2025.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Antonio Ailton de Sousa et al. Impactos de uma tecnologia social de confecção de bolsas no combate à pobreza: um caso de extensão universitária no interior do Ceará. **Interfaces – Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 1-289, jan./jun. 2022.

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Tecnologias sociais**. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/politica_nacional/_social/Tecnologia_Social.html?searchRef=tecnologias%20sociais&tipoBusca=expressaoExata. Acesso em: 20 abr. 2025.

MUGNAINI, Rogerio. 40 anos de Bibliometria no Brasil: da bibliografia estatística à avaliação da produção científica nacional. In: Hayashi, M.C.P.I.; Leta, J. (Ed.). **Bibliometria e Cientometria**: reflexões teóricas e interfaces. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2013.

PAULANI, Leda Maria. A universidade como agente de transformação social. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, e240046, p. 1–20, 2019.

PEREIRA, Maurício Gomes. **Artigos científicos**: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

POZZEBON, Marlei; SOUZA, Ana Clara Aparecida Alves de. Tecnologias sociais e práticas emancipatórias. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 93, p. 231–254, 2020. DOI: 10.1590/1984-9270934.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Tecnologia social**: conceitos e práticas. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2020.

SOUZA, Ana Clara Aparecida Alves de; POZZEBON, Marlei. Práticas e mecanismos de uma tecnologia social: proposição de um modelo a partir de uma experiência no semiárido. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 93, p. 231–254, 2020. DOI: 10.1590/1984-9270934.

SOUZA, Susimara Rosa de; ANDREOLA, Jocélia Felícia; SOUZA, João Carlos de Pellegrin de; MOTA, Flávio Freitas da; NUNES, Nei Antonio. Pesquisa teórica sobre tecnologia social: um olhar sobre a produção científica no Brasil. **Revista Gestão e Secretariado (GeSec)**, v. 14, n. 12, p. 22147–22161, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i12.3164.